

MERCADOS

Bolsa tem a melhor semana desde novembro de 2020

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em mais um dia de alívio global, o dólar voltou a cair para menos de R\$ 5,10 e fechou no menor valor em dois meses. Beneficiada pela divulgação de balanços de empresas e pelo mercado externo, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve forte alta e encerrou a semana com o melhor desempenho em quase dois anos.

O dólar comercial fechou esta sexta-feira vendido a R\$ 5,074, com recuo de R\$ 0,084 (-1,63%). A cotação operou em baixa durante toda a sessão, mas acelerou o ritmo de queda durante a tarde.

A moeda norte-americana está no menor valor desde 15 de junho, quando valia R\$ 5,02. A divisa acumula queda de 1,93% em agosto e de 9% em 2022.

O dia também foi marcado pela euforia no mercado de

ações. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 112.764, com alta de 2,78%. No maior nível desde 20 de abril, a bolsa brasileira subiu 5,91 na semana, a maior alta semanal desde novembro de 2020, na semana anterior às eleições presidenciais norte-americanas.

LUCROS MAIORES

A bolsa foi beneficiada pela divulgação de balanços trimestrais de empresas que apontam lucros maiores que o previsto.

Além disso, as ações da Petrobras - as mais negociadas - tiveram forte alta. Os papéis ordinários (com voto em assembleia de acionistas) subiram 8,01%. As ações preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) valorizaram 7,19%. A estatal está vendendo direitos para a mineração de potássio na Bacia do Amazonas.

IBGE

Taxa de desemprego cai em 22 estados no 2º trimestre

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Em um contexto de retomada de atividades econômicas, a taxa de desemprego teve queda em 22 estados no segundo trimestre, frente aos três meses anteriores, informou nesta sexta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Houve estabilidade nas outras cinco unidades da federação, de acordo com a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

As reduções mais intensas, de mais de 3 pontos percentuais, ocorreram no Tocantins (de 9,3% para 5,5%), em Pernambuco (de 17% para 13,6%) e em Alagoas (de 14,2% para 11,1%).

Em São Paulo, estado mais populoso do país, a taxa de desemprego recuou de 10,8% para 9,2%.

Segundo os critérios da pesquisa, Distrito Federal (11,5%), Amapá (11,4%), Ceará (10,4%), Rondônia (5,8%) e Mato Grosso

(4,4%) mostraram relativa estabilidade frente ao primeiro trimestre, sem variações estatísticas tão relevantes.

Entre abril e junho, as maiores taxas de desemprego foram registradas na Bahia (15,5%), em Pernambuco (13,6%) e em Sergipe (12,7%), na região Nordeste.

As menores ficaram localizadas em Santa Catarina (3,9%), Mato Grosso (4,4%) e Mato Grosso do Sul (5,2%), nas regiões Sul e Centro-Oeste.

A Pnad considera tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, são avaliados desde empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

No Brasil, a taxa de desemprego recuou para 9,3% no segundo trimestre, conforme dados divulgados pelo IBGE no último dia 29.

É o menor patamar para esse período desde 2015. À época, o indicador estava em 8,4%, e a economia atravessava recessão.

O número de desempregados no país, por sua vez, diminuiu para 10,1 milhões de abril a junho deste ano, em um contexto de menores restrições a atividades econômicas.

Pelas estatísticas oficiais, a população desocupada reúne quem está sem trabalho e segue à procura de novas vagas. Quem não tem emprego e não está buscando oportunidades não entra no cálculo.

RENDA FRAGILIZADA

Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, avaliou nesta sexta-feira que o aumento da ocupação contribuiu para a queda do desemprego em diferentes recortes, incluindo o geográfico.

Porém, a pesquisadora frisou que a renda do trabalho não vem acompanhando essa expansão na mesma velocidade. Vagas com salários menores e o impacto da inflação podem explicar o rendimento fragilizado

na média, segundo ela.

No Brasil, a renda foi estimada em R\$ 2.652 no segundo trimestre, conforme os dados divulgados já no final de julho. É o menor valor para o período na série histórica, iniciada em 2012.

Entre as unidades da federação, o Distrito Federal teve o maior rendimento médio no segundo trimestre deste ano, mostram os dados publicados nesta sexta. O valor foi de R\$ 4.446.

Rio de Janeiro e São Paulo vieram na sequência, com R\$ 3.248. Na outra ponta da lista, o Maranhão apareceu com a renda do trabalho mais baixa, estimada em R\$ 1.654.

O IBGE indicou que somente o Piauí teve avanço estatisticamente significativo frente ao primeiro trimestre de 2022. A alta foi de 8,4% -o indicador pulou de R\$ 1.715 para R\$ 1.859. As demais unidades da federação apontaram estabilidade nesse recorte.

BANCO CENTRAL

Campos Neto critica a não tributação de dados

JULIANA BRAGA/FOLHAPRESS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta sexta-feira que as empresas que mais cresceram no mundo foram as produtoras de dados, produto que não tem tributação.

Segundo ele, há uma dificuldade em cobrar imposto sobre esse tipo de informação, por ser considerado um bem intangível.

Marketcap é o valor de mercado de uma empresa, ou seja, quanto custaria comprar todas as suas ações. Já o datacap é o valor do patrimônio de dados que a empresa possui.

A análise foi feita em um evento sobre criptofoedas, organizado pelo escritório Figueiredo e Velloso Advocacia. O comentário foi feito com base na fala de outro palestrante, sobre tributação.

De acordo com o presidente do BC, as criptofoedas devem somar US\$ 3,8 trilhões no

mundo. Dados, por sua vez, devem totalizar algumas centenas de trilhões e, ainda assim, não pagam impostos.

"Se eu estou produzindo um ativo físico, sou tributado imediatamente. Se eu estou produzindo um ativo de dados, de banco de dados, a tributação é zero, e tem muito valor", justificou.

Roberto Campos Neto é o primeiro presidente do Banco Central após a conquista da autonomia da instituição. Seu mandato vai até dezembro de 2024.

Em sua fala principal, o presidente do BC afirmou que a concentração de custódia e o risco de concentração transacional estão entre suas preocupações na regulação do mercado de criptoativos no Brasil.

"Tenho uma preocupação grande com a concentração de custódia. Hoje, a gente tem 80% dos criptoativos custodiados mais ou menos em quatro empresas", afirmou.

CONSIGNADO

Bolsonaro 'ativa armadilha' para pegar beneficiário do Auxílio Brasil

CRISTINA CAMARGO E LUCIANA LAZARINI/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) regulamentou o crédito consignado aos beneficiários do programa Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família. A regulamentação, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, não define o limite que os bancos e as instituições financeiras poderão cobrar de juros.

O governo já havia estabelecido que os beneficiários poderão comprometer, no máximo, 40% do valor do benefício. Segundo o decreto, o Ministério da Cidadania poderá, se considerar necessário, estabelecer um limite menor. O órgão também ficará responsável por definir quais benefícios e auxílios recebidos pela família serão considerados como base para calcular o limite

que poderá ser comprometido com o empréstimo.

Os beneficiários poderão ter mais de um desconto relativo a empréstimo ou financiamento, desde que não supere o limite de 40%.

O decreto não define uma data em que os bancos e demais instituições financeiras poderão começar a oferecer o novo empréstimo e estabelece que o governo federal não será responsabilizado se o consignado não for pago. Conforme o jornal Folha de S. Paulo antecipou, instituições já fazem pré-cadastro para o empréstimo, com juros de até 79% ao ano.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que, com a publicação do decreto, e após a publicação das portarias que irão regulamentar a operação do consignado para os be-

neficiários do Auxílio Brasil, caberá a cada instituição financeira estabelecer os critérios para a concessão de crédito. A entidade ressaltou que algumas instituições, inclusive de grande porte, já anunciaram que não irão operar com o produto.

Itaú e Bradesco informaram que não têm a intenção de oferecer o crédito para quem recebe o auxílio. O presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, afirmou que o consignado não é o produto certo para o público vulnerável.

Já a presidente da Caixa, Daniella Marques, prometeu as menores taxas do mercado e o presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, afirmou que ainda avalia se oferecerá a nova modalidade.

Para pegar o empréstimo, é obrigatório que o responsável familiar inscrito no Auxílio Brasil

esteja com o número do CPF válido, considerado regular nos registros do CadÚnico (cadastro do governo para programas sociais).

Segundo o decreto, também caberá ao Ministério da Cidadania estabelecer as formalidades para habilitar as instituições financeiras; os prazos para o início dos descontos; o valor dos encargos administrativos; mecanismos de capacitação e alertas para a educação financeira dos beneficiários; como ficará o desconto no caso de interrupção temporária ou permanente do Auxílio Brasil; e as condições de contratação do empréstimo.

No início do mês, Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que autoriza a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Brasil. A medida foi aprovada pelo Congresso em julho.

RECEITA**2022/2023**

Pronaf tem R\$ 60 bi para investir no Plano Safra

O aumento de demanda por financiamentos de custeio levou o governo a aumentar em R\$ 6,54 bilhões os recursos a serem disponibilizados via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Dessa forma, o total reservado para este tipo de financiamento ampliou-se em 12%, passando de R\$ 53,6 bilhões para R\$ 60,1 bilhões.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a maior parte desse reforço (R\$ 4,74 bilhões) virá de "recursos novos, a partir da alocação de mais R\$ 126,8 milhões de recursos orçamentários em 2022 para o Plano Safra 2022/23". A outra parte (R\$ 1,8

bilhão) terá, como origem, remanejamentos no âmbito dos bancos públicos federais (Caixa, BNDES e do Banco do Brasil).

O BNDES receberá, também, recursos do Programa Agricultura de Baixo Carbono (R\$ 287,5 milhões) e do Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (R\$ 438,5 milhões). A expectativa do governo é que não haja interrupção na concessão de financiamentos neste momento em que a safra começa a ser plantada para o atendimento a pequenos agricultores.

O Mapa destaca que o Plano Safra 2022/2023, lançado em julho, prevê R\$ 340,9 bilhões em financiamentos para a produção agropecuária até junho de 2023.

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir de 1º de setembro, os contribuintes com grandes dívidas com a Receita Federal poderão renegociar os débitos com até 70% de desconto. A Receita Federal publicou nesta sexta-feira a portaria que aumentará os benefícios para quem quer parcelar até R\$ 1,4 trilhão em dívidas tributárias que ainda não estão sob contestação judicial.

A portaria estendeu à Receita Federal a modalidade de renegociação chamada de transação tributária, mecanismo criado em 2020 para facilitar o parcelamento de dívidas de em-

presas afetadas pela pandemia da covid-19. Até agora, apenas a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão que cobra na Justiça as dívidas com o governo, concedia essa possibilidade com regularidade. A Receita lançava negociações nesse modelo, mas em casos especiais.

A ampliação da transação tributária havia sido anunciada na terça-feira passada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento com empresários do setor de bares e restaurantes. Na ocasião, ele disse que setores como o comércio, o serviço e o de eventos teriam as mesmas facilidades para rene-

gociarem débitos com outros segmentos afetados pela pandemia.

A extensão da transação tributária à Receita Federal foi autorizada pela Lei 14.375/2022, sancionada em junho pelo presidente Jair Bolsonaro. Com a portaria que regulamentou a lei, a Receita poderá lançar editais especiais de renegociação de dívidas e sugerir acordos com grandes devedores.

MUDANÇAS

Para o público geral, o desconto máximo para a renegociação de dívidas aumentou de 50% para 65%, sendo que para empresas (de todos os tama-

nhos), microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenas empresas do Simples Nacional e Santas Casas de Misericórdia, o desconto poderá ser de até 70%.

O prazo de parcelamento também foi ampliado. Para o público geral, passou de 84 meses (7 anos) para 120 meses (10 anos). Para empresas, MEI, micro e pequenas empresas do Simples Nacional e Santas Casas de Misericórdia, o prazo poderá estender-se por até 145 meses (12 anos e 1 mês). Apenas o parcelamento das contribuições sociais foi mantido em 60 meses porque o prazo é determinado pela Constituição.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-VivoRua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

RANKING

Bolsonaro 'segue firme' com desmatamento na Amazônia

PHILIPPE WATANABE/FOLHAPRESS

A Amazônia completou mais um período de elevada destruição. De agosto de 2021 até julho de 2022, foram derrubados 8.590,33 km² do bioma. A taxa é a terceira maior do histórico recente do Deter, ferramenta do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que mede desmatamento praticamente em tempo real. O novo dado só fica atrás de 2019-2020 e de 2020-2021, respectivamente o primeiro e o segundo ano com maiores desmates, segundo o Deter.

A nova taxa de desmate foi divulgada na manhã desta sexta-feira pelo Inpe.

Os novos números deixam ainda mais consolidados os patamares altíssimos de desmatamento alcançados durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

O Deter não tem a função de mensuração precisa de desmatamento. Para isso, o Inpe possui o Prodes, sistema com maior precisão que divulga os dados de desmate - computados sempre de agosto de um ano a julho do ano seguinte - nos últimos meses do ano. Mesmo assim, a partir do Deter, cujo objetivo primário é o auxílio a operações de combate ao desmate, é possível ver se há

tendências de queda, manutenção ou subida de destruição, conforme passam os meses.

E os meses amazônicos, desde o início do governo Bolsonaro, foram marcados por recordes de derrubada de floresta.

Com exceção do mês de dezembro, os recordes de desmatamento do Deter de todos os outros meses ocorreram sob Bolsonaro. Ou seja, sua administração tem quase um ano inteiro de recordes de desmate.

Só no ciclo mais recente (agosto/21 até julho/22) foram cinco meses com os números mais elevados de destruição já vistos para aqueles meses: outubro (876,56 km²), janeiro (430,44 km²), fevereiro (198,67 km²), abril (1.026,35 km²) e junho (1.120,2 km²).

Vale mencionar, porém, que o histórico recente do Deter tem início em agosto 2015. O sistema anterior possuía resolução inferior e acabou substituído.

Levando em conta dados do Deter, já foram derrubados mais de 31 mil km² de Amazônia desde o início do governo Bolsonaro, em 2019. Isso equivale a, aproximadamente, mais de 720 km² de floresta indo ao chão mensalmente, o que representa mais de 450 parques Ibirapuera destruídos todo mês.

O valor é consideravelmente superior ao que se via em manda-

tos presidenciais anteriores. De agosto de 2015 (início do novo Deter) até o afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT) pela abertura do processo de impeachment, em maio de 2016 (nove meses), foram derrubados cerca de 364 km² de Amazônia por mês.

Nos 32 meses do governo de Michel Temer (MDB), já levando em conta os meses de afastamento de Dilma, foram desmatados cerca de 420 km² de Amazônia por mês.

O desmatamento na Amazônia já vinha crescendo antes de 2019, mas explodiu após a entrada de Bolsonaro no Palácio do Planalto. Antes mesmo de assumir a Presidência, ainda no período eleitoral, Bolsonaro já iniciou um discurso que condenava a fiscalização ambiental e citava uma suposta "indústria da multa", nunca comprovada pelo presidente. Quando ainda era deputado federal, em 2012, Bolsonaro foi multado por pesca ilegal em Angra dos Reis (RJ). O servidor que multou o então deputado foi exonerado após a posse de Bolsonaro e a multa, considerada prescrita.

Bolsonaro chegou também a desautorizar operação de combate ao desmate em andamento. No primeiro ano de governo, conforme dados do Deter apontavam uma disparada na des-

truição, o presidente questionou a qualidade do trabalho do Inpe, afirmando que o então diretor do instituto, Ricardo Galvão (agora pré-candidato a deputado federal pela Rede Sustentabilidade), poderia estar a "serviço de alguma ONG". Galvão respondeu ao ataque sofrido e acabou deixando o Inpe.

Junto ao desmatamento cresceram também as queimadas. As duas ações são interligadas: de forma geral, primeiro derrubam a mata, a deixam secar e, em seguida, no período seco da Amazônia, queimam a área desmatada.

As chamas e as derrubadas crescentes e as fiscalizações e multas no caminho contrário voltaram a atenção internacional ao Brasil, que passou a ser fortemente criticado pela atual gestão ambiental e viu reduzido o seu protagonismo na área.

Aos olhos internacionais, o desmatamento se torna um fator importante pela crescente preocupação com linhas de produção contaminadas com crimes ambientais, o que põe em risco o acordo do Mercosul com a União Europeia.

Entra em jogo também a maior aflição mundial com a crise climática. No Brasil, o desmatamento é a maior fonte de gases-estufa, responsáveis pelo aquecimento anormal no planeta.

LIGAÇÃO CRIMINOSA

Sindicalistas são alvos de buscas em apuração sobre elo com PCC

PAULO EDUARDO DIAS/FOLHAPRESS

A Polícia Civil de São Paulo realizou nesta sexta-feira uma ação de busca e apreensão em endereços de lideranças do SindMotoristas (sindicato dos motoristas e cobradores de ônibus).

A investigação apura a possível infiltração da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) no sindicato. A operação busca justamente apreender materiais que sirvam de provas para reprimir a célula da organização que, supostamente, atua dentro da representação sindical. Um dos investigados é o deputado federal cassado José Valdevan de Jesus Santos, 53, o Valdevan Noventa (PL-SE).

Segundo a Polícia Civil, a investigação apontou que dentro do sindicato há várias práticas criminosas, entre elas ameaça, extorsão, apropriação indevida, lavagem de dinheiro e ocultação de bens e capitais.

Tais delitos não só prejudicariam o sindicato como acarretariam rombos aos cofres públicos, uma vez que o transporte da capital é subsidiado pela prefeitura.

"Eles exigiam dos empresários de ônibus de São Paulo, que são vítimas também de ameaças, que o fornecimento de cestas básicas, de planos de saúde, plano odontológico e outros benefícios dos trabalhadores fossem oferecidos por empresas escolhidas pelo sindicato", explicou o delegado Roberto Monteiro, titular da 1ª Delegacia Seccional Centro da capital.

"Essas empresas acabavam depois passando propinas para o presidente do sindicato, o Valdevan Noventa, e também para membros da diretoria do SindMotoristas", acrescentou o delegado.

A investigação da Polícia Civil já ocorre há dois anos, com levantamento de movimentações financeiras através de relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e da Receita Federal.

A Polícia Civil informou ter apreendido uma lista de propinas, que cita nomes, cargos e valores que cada diretor deveria receber.

A reportagem procurou o SindMotoristas, que afirmou em nota que a entidade respeita e se coloca à disposição das autoridades para quaisquer atos que se fizerem necessários ao inquérito policial.

O sindicato se disse surpreendido com a notícia da operação e afirmou que seu departamento jurídico acompanha o caso.

"De modo preliminar, a entidade esclarece que tratam-se de apontamentos de eventuais indícios de um inquérito ainda em curso, o qual nem mesmo os investigados e seus advogados tiveram acesso. Portanto, tais respostas serão oportunamente apresentadas aos autos e aos veículos de comunicação."

Os dez mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça estão sendo cumpridos em endereços na capital e Taboão da Serra, na Grande São Paulo, e num haras em Arauá, em Sergipe, berço político de Vandevan.

Durante as buscas na residência de Valdevan, em Taboão da Serra, foram localizadas 40 cestas básicas, que deveriam ser destinadas para funcionários do sindicato. A Polícia Civil pretende ouvir o sindicalista com a intenção de saber por qual motivo os mantimentos estavam na casa dele. No local também foram localizados dinheiro, relógios e documentos.

Já no haras foram encontrados 50 cavalos de raça, sem qualquer tipo de documenta-

ção, conforme a polícia.

A operação denominada Chapelier é coordenada pela 1ª Delegacia Seccional Centro. O nome é uma referência à Lei de Le Chapelier, aprovada no início da Revolução Francesa, 14 de junho de 1791, com a intenção de proibir os sindicatos de fazerem greve ou ações que causassem dano à sociedade.

QUEM É VALDEVAN ?

Valdevan Noventa se tornou motorista de ônibus no fim da década de 80 em São Paulo. Em 2000, foi eleito secretário-geral do SindMotoristas e, em 2003, assumiu a secretaria de finanças da entidade, onde ficou por uma década.

Em 2018, Valdevan foi eleito deputado federal por Sergipe e se licenciou da presidência do sindicato. Em março deste ano, foi cassado por suspeita de abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral.

Segundo o processo que provocou a cassação do mandato, integrantes da equipe de Valdevan aliciaram dezenas de moradores de Estância e Arauá, em Sergipe, para simular doações ao então candidato.

"O perfil dos doadores era incompatível com o valor doado, uma vez que vários eram beneficiários do programa Bolsa Família e alguns deles confirmaram ter apenas emprestado o número do CPF para operação financeira", disse o TSE ao divulgar a cassação.

Foram feitas mais de 80 doações de R\$ 1.050 na mesma agência bancária, o que despertou o alerta sobre a possibilidade de fraude. O Ministério Público Eleitoral ajuizou uma ação de investigação que confirmou a irregularidade.

Valdevan afirma ter sido o único deputado federal eleito por Sergipe a não receber recursos dos fundos partidários ou eleitoral. "Com isso, as doações realizadas após as eleições foram para cobrir as dívidas da campanha, sem qualquer intenção de ferir as regras eleitorais", disse.

Em junho deste ano, o ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a cassação de Valdevan, alegando que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não havia publicado a decisão dos ministros da corte eleitoral, impedindo a defesa do deputado de apresentar recurso.

Mas a decisão de Nunes Marques foi revertida pela Segunda Turma do Supremo, mantendo a cassação.

EMPRESAS DE ÔNIBUS

Em junho, duas operações realizadas pela Polícia Civil de São Paulo no intervalo de uma semana revelaram a suposta ligação de duas empresas de transporte público da capital com criminosos da facção PCC. Elas não são, porém, as únicas companhias contra as quais pesam suspeitas.

De acordo com integrantes da Polícia Civil, do Ministério Público e do setor de transporte público ouvidos pelo jornal Folha de S.Paulo na ocasião, ao menos outras duas empresas, com contratos com o município, são suspeitas de terem elos com a quadrilha. Somadas, elas são responsáveis pelo transporte de cerca de 840 mil passageiros ao dia na capital, segundo dados da SPTrans de 2022.

Esse contingente representa cerca de 12% de todos os passageiros do sistema público na capital diariamente, de um total de cerca de 7,2 milhões ao dia, em média, e uma frota de 11.925 ônibus.

Procurada sobre a operação desta sexta, a Prefeitura de São Paulo, por meio da SPTrans, afirmou estar à disposição da polícia para colaborar no que for necessário.

EM 2023

Senadores discutem elevar os próprios salários para R\$ 37 mil

RENATO MACHADO E IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O Senado encaminhou nesta sexta-feira a sua previsão orçamentária para o Ministério da Economia sem prever reajustes para os senadores e para os servidores da Casa, mas já trabalha com aumentos para 2023 que podem variar de 8,7% a 9,6%.

Com isso, os salários dos senadores poderiam aumentar para até 37 mil.

A cúpula da Casa, comandada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), informou que eventual reajuste será discutido durante a tramitação da lei orçamentária, que será encaminhada ao Congresso Na-

cional até o dia 31 de agosto.

"Com relação à proposta de Orçamento encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), nesta sexta-feira, o Senado Federal informa que não foi especificado percentual de reposição salarial e de proventos para servidores ou membros. O Senado discutirá esse tema por ocasião do debate da Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional", informou por meio de nota a presidência do Senado.

A consultoria do Senado tem trabalhado com três índices de reajuste, que são 8,7%, 9% e 9,6%. Uma fonte afirma que a última proposta é a mais factível. Os senadores poderão, portan-

to, ter aumento de salário entre R\$ 36,7 mil e R\$ 37 mil.

Ou seja, a classe política evitou tomar uma decisão de caráter impopular junto à sociedade nesse momento, às vésperas das eleições, e assim deixa a discussão para outubro.

Na quarta-feira passada, os ministros do STF decidiram por unanimidade enviar ao poder legislativo uma proposta que resultaria na elevação do salário da magistratura em 18% até julho de 2024.

A proposta prevê o reajuste do salário de um ministro do Supremo, teto do funcionalismo, ao valor de R\$ 46,3 mil. Atualmente, o vencimento mensal

dos integrantes da corte é de R\$ 39,3 mil.

A proposta ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Se receber o aval do legislativo, essa elevação provocaria um efeito cascata que elevaria os demais salários dos magistrados do país.

Os ministros também enviarão uma proposta de aumento a servidores da Justiça no mesmo percentual e período.

Interlocutores na cúpula do Senado ressaltam que o reajuste que deve ser proposto após as eleições será ainda praticamente a metade da decisão do Supremo Tribunal Federal.

TSE

Ministro nega pedido do PL de 'cassar' vídeo de Lula

O ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou pedido feito pelo PL para retirar da internet um vídeo do ato público que contou com a participação do candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, em Fortaleza, no dia 30 de julho.

Na representação enviada ao TSE, o partido alegou que Lula fez propaganda eleitoral antecipada em próprio favor e negativa contra o candidato à reeleição Jair Bolsonaro. Segundo o PL, Lula teria adotado "discurso de ódio e ofensas à honra" de Bolsonaro ao chamá-lo de "mentiroso" e "covarde".

Na decisão proferida na quarta-feira passada, o ministro entendeu que não houve pedido explícito de votos e que as falas contidas no discurso são considerações críticas contra o candidato adversário.

CODEVASF

Bolsonaro multiplica 'toma lá, dá cá' com doação de máquinas sem critério técnico

ARTUR RODRIGUES E FLÁVIO FERREIRA/FOLHAPRESS

Impulsionada por verbas de emendas parlamentares, a estatal Codevasf já firmou contratos para distribuição de quase R\$ 600 milhões em máquinas, veículos e equipamentos desde 2021, porém sem critérios técnicos e para atender à vontade de deputados federais e senadores. As portas do período eleitoral e na esteira da explosão de gastos com as chamadas emendas de relator, os valores com esse tipo de doação saltaram de R\$ 178 milhões, em 2020, para R\$ 487 milhões, em 2021, um aumento de 173%.

Só nos primeiros cinco meses de 2022, o montante chegou a R\$ 100 milhões, segundo levantamento do jornal Folha de S.Paulo a partir de dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

A lista de bens distribuídos

principalmente aos aliados dos parlamentares padrinhos das emendas inclui até kits de panificação e freezers, além de barcos de alumínio, furgões, caminhões basculantes, caminhões de lixo, tratores, implementos agrícolas, motoniveladoras e retroescavadeiras. Apurações da CGU (Controladoria-Geral da União) já mostram doações feitas sem relação com finalidades da estatal, que foi criada para desenvolver projetos de irrigação no semiárido brasileiro mas mudou sua prioridade para se tornar uma grande distribuidora de produtos e executora de obras de pavimentação.

A CGU também aponta como irregularidades entregas sem justificativa quanto à quantidade, fornecimentos em duplicidade em municípios e a falta de informações sobre beneficiários.

Em alguns casos, os documentos os seus motivos das doações

parecem copiados uns dos outros para justificar os gastos. Parte das distribuições dos bens está em fase de celebração, mas a maioria já foi entregue.

Entre as dez cidades que mais receberam doações de maquinário, Pedra Branca do Amapari (AP) é um município de cerca de 14 mil habitantes que recebeu R\$ 5,5 milhões em equipamentos, segundo a estatal.

A prefeita da cidade, Beth Peleas, é aliada do senador Davi Alcolumbre (União-AP), a quem agradeceu por uma motoniveladora e um trator.

O estado de Alcolumbre, o Amapá, é o quarto que mais recebeu doação de maquinário da Codevasf, atrás apenas de unidades da federação mais populosas, como Minas Gerais, Goiás e Tocantins. As cidades do Amapá são 8 entre as 10 com mais máquinas recebidas pela estatal.



PANDEMIA

Covid-19 está em queda pela sétima semana seguida no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Pela sétima semana consecutiva, seguem em queda os indicadores precoces da Covid-19 divulgados nesta sexta-feira pela Secretaria de Estado de Saúde, com dados dos 92 municípios fluminenses.

A análise do Panorama Covid-19, divulgado semanalmente, considera os dados registrados na semana de 1º a 7 de agosto. Os atendimentos de casos de síndrome gripal nas unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da rede estadual caíram 23% em relação à semana anterior, apresentando a menor média diária dos últimos dois meses.

Na semana de 25 a 31 de julho, a média diária de atendimentos nas UPAs foi de 212, sendo 156 de adultos. Já na semana de 1º a 7 de agosto, a média diária foi de 163 atendimentos, sendo 111 de adultos.

"Estamos retornando para o cenário zero do Plano de Contingência para Covid-19. Isso quer dizer que estamos com um cenário de queda sustentada em todos os indicado-

res precoces", disse o secretário de Estado de Saúde, Alexandre Chieppe, que reforçou a necessidade de imunização:

"Continuamos monitorando a doença e precisamos que a população faça a sua parte, retornando aos postos de saúde para completar o esquema vacinal e receber as doses de reforço."

TESTAGEM

As taxas de positividade de antígeno e RT-PCR mantêm a tendência de queda. Na primeira semana de agosto, foram realizados em média 3 mil testes de antígeno por dia, sendo a positividade de 7%. Em relação ao RT-PCR, foram analisados, em média, 330 exames por dia, com positividade de 5%.

Já na semana anterior, de 25 a 31 de julho, a positividade dos testes de antígeno estava em 10% e a dos exames de RT-PCR, em 7%.

Para consultar o número de internações, óbitos e taxa de cobertura vacinal, basta acessar o Painel de Monitoramento da Covid-19.

EUA

Sanders articula resolução em apoio a democracia no Brasil

Bernie Sanders, senador dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, disse articular a aprovação de uma resolução no Senado americano em apoio a eleições "livres e justas" e à democracia no Brasil - que pediria também o rompimento das relações institucionais dos países caso houvesse algum golpe.

Legalmente, a resolução, chamada em inglês de Sense of the Senate (Entendimento do Senado, em tradução livre), não tem nenhum efeito prático de lei e seria apenas uma maneira de demonstrar o posicionamento da casa em relação às eleições brasileiras.

Em entrevista ao portal Político, Sanders - que disputou as primárias democratas à presidência dos EUA com Joe Biden - afirmou que "é importante que o povo do Brasil saiba que estamos do lado deles, do lado da democracia, e que podemos ir adiante".

As preocupações do senador envolvem ataques recentes do presidente Jair Bolsonaro (PL) às urnas eletrônicas, bem como falas afirmando que "apenas Deus" poderia tirá-lo do poder.

"Seria inaceitável que os Estados Unidos reconhecessem e trabalhassem com um governo que realmente perdeu a eleição. Seria um desastre para o povo

brasileiro, e enviaria uma mensagem horrível ao mundo inteiro sobre a força da democracia", disse o senador.

Bernie Sanders ressaltou que a resolução não prevê preferências no resultado do pleito e pediria apenas que a vontade popular fosse respeitada. Segundo ele, outros senadores democratas já demonstraram interesse em votar pela aprovação da medida após o retorno do recesso parlamentar, em agosto; ainda não há o mesmo apoio de republicanos.

De acordo com as regras do Senado dos EUA, o Sense of the Senate requer aprovação apenas de uma das comissões da

casa, e não do plenário.

Sanders teria demonstrado interesse em acompanhar o resultado das eleições no Brasil após a visita de um grupo da sociedade civil brasileira ao seu escritório. O grupo pediu suporte internacional à democracia brasileira, diz o Político, que conversou com uma das lideranças.

Recentemente, o governo de Joe Biden afirmou que as urnas eletrônicas do Brasil "servem como modelo para as nações do hemisfério e do mundo", declaração suscitada pela apresentação de Bolsonaro a embaixadores que apresentou teorias falsas sobre o sistema eleitoral.

CLIMA

Reino Unido declara seca em partes da Inglaterra durante onda de calor

O Reino Unido declarou oficialmente uma seca em partes da Inglaterra nesta sexta-feira. A declaração vem no momento em que famílias enfrentam novas restrições no uso de água, em um período prolongado de clima quente e seco que provocou incêndios florestais e tes-

tou a infraestrutura do país.

A seca, primeira na Inglaterra desde 2018, significa que as empresas de água intensificarão os esforços para gerenciar o impacto do clima seco nos agricultores e no meio ambiente, inclusive controlando o fornecimento de água para proteger

o abastecimento, disse a Agência do Meio Ambiente.

"Todas as empresas de água nos asseguraram que os abastecimentos essenciais ainda estão seguros, e deixamos claro que é seu dever manter esses abastecimentos", disse o ministro da Água, Steve Double, após uma reunião do Grupo Nacional da Seca.

"Estamos mais preparados do que nunca para os períodos de tempo seco, mas continuaremos a monitorar de perto a situação", disse, ressaltando que tomarão as medidas necessárias.

A seca segue o julho mais seco da Inglaterra em quase 90 anos, um mês em que as temperaturas ultrapassaram 40 graus Celsius pela primeira vez, provocando um foco renovado para os impactos das mudanças climáticas.

Partes da Inglaterra e do País de Gales estão agora no meio de um alerta de "calor extremo" de quatro dias, com muitas regiões cruzando o limite para uma onda de calor, disse o Met Office, enquanto um alerta separado de "saúde" devido ao calor foi prorrogado até terça-feira.

VARIOLA DOS MACACOS

Fiocruz pede registro de 2 testes moleculares para monkeypox

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) pediu o registro de dois kits de diagnóstico molecular do vírus Monkeypox junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O vírus é considerado uma emergência de saúde pública internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e a Anvisa já recebeu cinco pedidos de registro de kits para o diagnóstico da doença.

Um dos kits produzidos pela Fiocruz, chamado kit molecular monkeypox (MPXV), é capaz de fazer a identificação das duas cepas do vírus que circulam de forma endêmica no continente africano. Apenas uma delas, a da África Ocidental, é a responsável pelo surto em outros continentes.

Esse teste é do tipo PCR e consegue identificar o DNA desses dois tipos de vírus em amostras retiradas das erupções cutâneas presentes no indivíduo com suspeita de infecção.

O segundo kit que teve seu registro solicitado no Brasil é

para o diagnóstico diferencial, em que outras possibilidades de diagnóstico por vírus relacionados são descartadas.

Com os testes, será possível adotar dois protocolos: no protocolo 1, com o teste MPXV, é feita a detecção e tipagem do monkeypox. Em caso de teste negativo, o protocolo 2 aumenta a possibilidade de esclarecimento do diagnóstico com a utilização do teste diferencial. Segundo a Fiocruz, isso é importante para a vigilância epidemiológica no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além de ter desenvolvido e solicitado o registro dos testes, o Bio-Manguinhos já produziu o suficiente para realizar 12 mil testes em casos suspeitos e afirma ter condições de escalar a produção desses kits sem prejudicar o fornecimento de outros produtos de seu portfólio.

Para a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, uma cadeia de suprimentos mais efetiva e um arranjo produtivo local fortalecido contribuem para a autonomia nacional em relação a insumos indispensáveis ao enfrentamento de problemas de saúde pública.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL /FITF/CNTTL/CUT-RUA SANTANA Nº 77 -SOBRELOJA- CIDADE NOVA - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP. 20230-260 - TELEFAX: (21) 2232.4291 E-mail: stefzcb@gmail.com

EDITAL

Pelo presente, convocamos todos os ferroviários oriundos da extinta RFF/SA e pertencentes à VALEC, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 16 de agosto de 2022, às 10 horas, em primeira convocação e às 10:30 hs, em segunda, na sede social da entidade, endereço supra, para tratarem da seguinte "Ordem do Dia": A)leitura da Ata anterior, B)Aprovação ou não, da contraproposta da Valec, apresentada pela mesma em 09 do corrente mês, (cláusula 3ª do ACT 2022/2023) na qual propõe reajuste salarial de 5% (cinco por cento, bem como reajuste de 10% (dez por cento), pertinente à cláusula 12ª: Da Assistência à Saúde, com vigência a partir da data da assinatura desse acordo e C) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro 12 de agosto de 2022

Valmir de Lemos
Presidente

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.00334254

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30/06/2022, ÀS 11h: DATA, HORA E LOCAL: 30/06/2022, às 11h, na sede da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por meio de videoconferência.

CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Daniel Agustín Bilat; e Secretário: Leandro da Silva Reis. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o pedido de renúncia do Sr. Marcelo Vargas Redes ao cargo de Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia; e, (ii) a eleição do Sr. Paulo Vullu Cyriaco ao cargo de Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, após debates e discussões, a Assembleia Geral aprovou: (i) o pedido de renúncia do Sr. Marcelo Vargas Redes, ao cargo de Conselheiro Suplente, conforme carta de renúncia apresentada na presente data (Anexo I) e agradeceu pela atuação em benefício da Companhia; e, (ii) a eleição do Sr. Paulo Vullu Cyriaco, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 12.722.217-2, expedida pelo Instituto Felix Pacheco do estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.804.697-08, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, na capital do Estado de São Paulo, como Conselheiro Suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro, conselheiro efetivo da Companhia, conforme termo de posse apresentado nesta data (Anexo II), com mandato unificado aos demais membros do conselho de administração. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ACIONISTAS:** Cymi Construções e Participações S.A.; Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e Quantum Participações S.A. representada na forma do seu estatuto social. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 30/06/2022. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário.** Jucerja nº 5029400 em 03/08/2022.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME: 26.885.182/0001-19 - NIRE: 33.3.00322574

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30/06/2022, ÀS 13:30 HORAS: DATA, HORA E LOCAL: 30/06/2022, às 13:30 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Daniel Agustín Bilat; e Secretário: Leandro da Silva Reis. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o pedido de renúncia do Sr. Marcelo Vargas Redes ao cargo de Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia; e, (ii) a eleição do Sr. Paulo Vullu Cyriaco ao cargo de Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, após debates e discussões, a Assembleia Geral aprovou: (i) o pedido de renúncia do Sr. Marcelo Vargas Redes, ao cargo de Conselheiro Suplente, conforme carta de renúncia apresentada na presente data (Anexo I) e agradeceu pela atuação em benefício da Companhia; e, (ii) a eleição do Sr. Paulo Vullu Cyriaco, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 12.722.217-2, expedida pelo Instituto Felix Pacheco do estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.804.697-08, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, na capital do Estado de São Paulo, como Conselheiro Suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro, conselheiro efetivo da Companhia, conforme termo de posse apresentado nesta data (Anexo II), com mandato unificado aos demais membros do conselho de administração. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ACIONISTAS:** Cymi Construções e Participações S.A.; Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e Quantum Participações S.A. representada na forma do seu estatuto social. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 30/06/2022. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário.** Jucerja nº 5027935 em 02/08/2022.

Diário do **Acionista** Tels.: (21) **3556-3030**
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade **96865-1628**

ESTREITO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 44.580.864/0001-03

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Estreito Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2. A Companhia:** A Estreito Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 10 de dezembro de 2021 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional. **3. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) **Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia. **4. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)	Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Demonstração dos fluxos de caixa	
	2021	Período de 10 de dezembro a 31 de dezembro (em milhares de Reais)	Período de 10 de dezembro a 31 de dezembro (em milhares de Reais)	10/12/2021 a 31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	100			100
Total do ativo	100			100
Capital social	100			100
Total do patrimônio líquido	100			100

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Estreito Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 10 de dezembro de 2021 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desde a sua constituição até o dia 31 de dezembro de 2021 a Companhia não

efetuou transações, e não incorreu em custos ou despesas, tampouco auferiu receita de qualquer natureza, motivo pelo qual não há saldos apresentados na demonstração do resultado, na demonstração do resultado abrangente e na demonstração do valor adicionado para o período compreendido entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 9 de agosto de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil, que é a moeda funcional da

Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Patrimônio líquido:** (a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 100, dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada uma, todas as ações detidas pela Celeo Redes Brasil. No dia 10 de dezembro de 2021, o acionista integralizou, em moeda corrente, no Banco do Brasil, a quantia de R\$ 100.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8